

--- Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- Ponto número um – Período antes da ordem do dia;-----

--- Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação dos Mapas de Prestação de Contas do ano de dois mil e nove do Município de Óbidos;-----

--- Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Delegação de Competências na OBITEC – Associação Óbidos Ciência e Tecnologia, para conhecimento:-----

--- Ponto número quatro – Relatório de Gestão e Contas de dois mil e nove da Óbidos Patrimonium, para conhecimento;-----

--- Ponto número cinco – Relatório de Gestão e Contas de dois mil e nove da Óbidos Requalifica, para conhecimento;-----

--- Ponto número seis – Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas – Município de Óbidos, para conhecimento;-----

--- Ponto número sete – Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas - Óbidos Patrimonium, E.E.M., para conhecimento;-----

--- Ponto número oito – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro;-----

--- Ponto número nove – Período fora da ordem do dia – Intervenção do público.-----

--- Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Eduardo João do Rosário da Silva, Joaquim Elias Timóteo Carlos e da Senhora Deputada Ana Maria Ramos de Sousa, que foi substituída pelo Senhor Deputado João Maria Gama Lourenço.-----

-- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal pôs à discussão e posterior votação a acta do dia trinta de Setembro de dois mil e nove, acta número sete do mandado anterior.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que recebeu a acta hoje e que por si está aprovada.--

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que quem foi eleito neste novo mandato não se podia pronunciar. Como já transita desde Setembro de dois mil e nove, não seria mau se hoje pudesse ficar encerrado o balanço daquele mandato.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Sousa disse que tem dificuldade em votar a acta porque só a recebeu no início da sessão.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que o Senhor Deputado Custódio Sousa não podia votar, porque a acta é anterior à sua eleição. Propôs que a mesma fosse votada e aprovada nesta sessão.-----

--- Foi posta à votação a proposta de aprovação da acta número sete, da sessão ordinária de trinta de Setembro de dois mil e nove. A proposta foi aprovada por maioria, com um voto contra e sete abstenções, pelo que a acta vai ser submetida à votação, nesta sessão da Assembleia Municipal.-

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que havia uma proposta, apresentada formalmente e oralmente, pelo Senhor Deputado José Botelho, no sentido da acta ser hoje votada. Foi essa votação que estiveram a fazer. A votação seguinte é a de votarem esta acta, de forma definitiva, podendo fazer-se uma segunda votação para a sua aprovação, ou não,

em minuta. Se entenderem que se deve repetir a votação, repete-se a mesma. A repetição da votação tem a ver com o facto de alguns Senhores Deputados da Assembleia Municipal não terem percebido qual era o alcance da votação.-----

--- Repetida a votação, foi a proposta aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, um voto contra e duas abstenções.-----

--- Passou-se, de seguida, à aprovação, ou não, da acta do dia trinta de Setembro de dois mil e nove, tendo a mesma sido aprovada, com oito votos a favor, um voto contra e treze abstenções. Aprovada em minuta por maioria, com uma abstenção.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Cartas de justificação de falta da Senhora Deputada Maria Cristina Fernandes Rodrigues e dos Senhores Deputados Joaquim Elias Timóteo Carlos, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira e de Helder José Mineiro Mesquita à reunião de doze de Março do corrente ano; Cartas de justificação de falta da Senhora Deputada Ana Maria Ramos de Sousa e do Senhor Deputado Eduardo João do Rosário da Silva à presente reunião; Boletim a Fonte – Notícias do Olho Marinho; Ofício número trezentos e três do Agrupamento de Centros de Saúde Oeste Norte, sobre reestruturação de serviços no Centro de Saúde de Caldas da Rainha; Circular número quarenta e cinco da Associação Nacional de Municípios Portugueses, remetendo boletins; Convite para a Cerimónia de Formalização da Constituição da Fundação da Liberdade; Carta do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, sobre a segunda conferência “Paz, Pão e Liberdade”; Carta dos Deputados do PCP ao Parlamento Europeu, sobre apoio à recuperação das áreas afectadas pelo mau tempo em Portugal; Convite da Embaixada da República da Estónia, sobre exposição “Paisagem estónia”; Ofício do Grupo Parlamentar Os Verdes, sobre propostas de aditamento ao Orçamento de Estado para dois mil e dez – Piddac; Circular número quarenta e três da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre as intempéries na Madeira. Apoio ao Município do Funchal; Circular número cinquenta da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre intempéries na Madeira. Apoio aos Municípios; Carta do Presidente da Região Autónoma da Madeira, agradecendo a moção que foi aprovada. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados para consulta.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à consideração da Assembleia Municipal a possibilidade de na próxima sessão ordinária, incluírem um ponto, na ordem de trabalhos, relativo à actualização do regimento, em algumas matérias.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a Câmara Municipal solicitou a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos, a saber: “Eleição de um Representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Protecção Civil de Óbidos”.-----

--- Posta à votação a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção, passando a ser o ponto número nove da ordem de trabalhos. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço perguntou se queriam combinar já, se alguém se comprometia a apresentar o regimento. Ganhava-se tempo. Em vez de irem combinar, na próxima Assembleia Municipal, as alterações, ou a efectivação de um novo regimento, ficava combinado, hoje, que na próxima Assembleia Municipal estaria um projecto de regimento novo.

A Mesa podia auscultar a opinião das bancadas e na próxima Assembleia Municipal aparecia já o regimento trabalhado. O mesmo era discutido na sessão, a realizar em Junho.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que entende que poderá haver uma sessão de partir pedra, antes de se discutir formalmente a revisão do regimento. Também lhe parece que para já, a necessidade de revisão do regimento, tenha a ver com o número de membros que compõem esta Assembleia Municipal.-----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço sugeriu que cada bancada nomeasse uma pessoa, para apresentarem uma proposta conjunta.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que a necessidade da revisão do regimento põe-se, apenas e só, por causa da alteração que houve em função da requalificação da categoria do Município e do aumento da respectiva Assembleia Municipal. Isso obriga à revisão do regimento. Pelo PSD, a discussão pode começar, calmamente, na próxima reunião da Assembleia Municipal. Também não vê inconveniente em ficar uma comissão eventual, só para este efeito. Seria numa composição de quatro, dois, um.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que o mais normal era terem um ponto na ordem de trabalhos, para iniciarem todo este processo. Isso não é impeditivo que, nesse ponto da ordem de trabalhos, que indicará a necessidade de revisão do regimento, surgirem já propostas na próxima sessão. Se não surgirem propostas, poderá ser criada a tal comissão, de forma formal. Hoje não estão em condições de criar uma comissão formal. Não está previsto na ordem de trabalhos e até ao momento não apareceu nenhuma proposta nesse sentido. A Mesa retira que na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, estará incluído um ponto na ordem de trabalhos para se iniciar este processo.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que não queria iniciar na próxima sessão. O regimento está feito, está em vigor. Só precisa de umas pequenas alterações.-----

--- PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - A Senhora Deputada Ana Carvalho perguntou sobre as consultas médicas na Amoreira e Olho Marinho. Se sabem dizer qual é o ponto da situação na Amoreira e se a Câmara Municipal pode intervir nalguma coisa. Corre o boato na Amoreira que o Centro de Saúde vai encerrar, que num mês as consultas vão ser no Olho Marinho e noutro mês na Amoreira. As pessoas têm vindo perguntar o que se passa. Gostava de saber se a Câmara Municipal pode interceder, no sentido de ajudar nesta situação, que é um bocadinho gravosa. Não existe ainda a informatização das fichas dos utentes. É impossível, quando um médico se vai deslocar à outra freguesia, consultar o historial clínico do utente. Queria saber se já existe algumas diligências e quais é que foram. Sobre o regimento, propôs que a intervenção do público fosse no início e não no fim, tal como acontece noutros Concelhos.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho congratulou-se por o Município de Óbidos ter sido nomeado na sessão de encerramento do Fórum Europeu para a Cultura e as Economias Criativas, que ocorreu em Barcelona, acerca de um mês. A Comissária para a Educação, Cultura e Juventude, fez do Município de Óbidos, na sua intervenção formal e solene, um Município a seguir por todos os Municípios europeus, no sentido de seguirem uma linha de política integrada, criativa, desde a educação, aos eventos, à tecnologia e ao conhecimento. Uma visão integrada de cerca de cem medidas que estão a ser desenvolvidas pelo Município, nessas

diferentes áreas.-----

--- A Senhora Deputada Sílvia Saramago, sobre uma notícia publicada na Gazeta das Caldas, disse que a estratégia do PS tem sido concertada no sentido de se construir a ideia de que o Município de Óbidos está a ser governado por um conjunto de pessoas pouco sérias, porque é isso que está dito na notícia. A intervenção que fez na sessão anterior foi quase um vaticínio, foi quase premonitório, porque o PS avançou um passo à frente, e dizem na notícia “quem tanto mal tem deito a Óbidos”. Quem faz mal são malfeitores. Se se recordam, foi precisamente isso que foi dito, na intervenção que fez, e que o PS tanto empolou, mas no fundo parece que vêm aproveitar as suas palavras, para as reproduzir. No decurso desta verborreia, o que se nota é que se quer construir, à volta do Senhor Presidente da Câmara, que há uma espécie de ilusão, que só existe na cabeça dele. É fundamental que isto se desmascare. É óbvio que os sessenta e nove por cento de dispersão do eleitorado quis dizer uma coisa muito diferente disto. Dos vinte e dois por cento que o PS representa, neste momento, que percentagem é que se revê nesta história. Se calhar muito menos do que isso. A prová-lo estão alguns prémios e distinções que o Senhor Presidente da Câmara, também em nome do Executivo e do Município, tem recebido na representação da Autarquia, ou seja, a Medalha de Mérito Turístico, atribuída pelo Governo Português; Prémio Marketing Awards, atribuído pela Associação Portuguesa de Profissionais de Marketing; Prémio de Personalidade Turística do ano de dois mil e sete, atribuído pela Associação de Jornalistas Portugueses de Turismo; Prémio de Defesa Nacional, Atribuído pelo Ministério da Defesa Nacional; Prémio Victor Sá, atribuído pela Universidade do Minho; Prémio Personalidade do Ano, atribuído pelo Semanário Região de Leiria; Menção Honrosa do Prémio de Gestão e Contemporânea da Fundação Mário Soares, Prémio Castelo de Óbidos, Sete Maravilhas de Portugal; Prémio Autarquias dois mil e nove, instituído pelo Salão Imobiliário de Lisboa, e dois mais recentes que têm a ver com a questão do ambiente, e que são a Menção Honrosa Especial dos Prémios da EDP, Energia Eléctrica e Ambiente para dois mil e oito e Galardão de Ouro, na categoria de Autoridade Municipal, da Associação Portuguesa de Engenharia e Ambiente. Como puderam verificar, têm aqui reconhecimentos, prémios, distinções, atribuídas, não só por Universidades Estatais, como por entidades que estão alheias a estas questões de politiquice. Parece-lhe que são a resposta mais cabal àquilo que o PS está a pretender fazer, que é mentir.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha disse que gostaria de trazer à Assembleia Municipal o problema da Lagoa de Óbidos. Tem acompanhado os trabalhos que estão a ser desenvolvidos com a acção que o Município de Óbidos tem efectuado junto do Ministério do Ambiente e das Associações que vivem, que trabalham e que se interessam pela Lagoa. Tem sido um trabalho com muito empenho, muita proximidade, como sempre o fez. Esta bandeira do Executivo de Óbidos não má, não é uma bandeira para quando surgem os problemas, não é algo que este Executivo defendeu só quando foi mediatizado. A acção deste Município é algo desde sempre, inclusivamente, desde os tempos em que o PSD estava na oposição, já era uma bandeira. Tem acompanhado com especial atenção todas as acções que o Executivo faz, não só de perceber como os trabalhos estão a ser feitos, como apresentando propostas, alternativas e sugestões, muitas delas com muito mais sapiência daquilo que efectivamente tem de ser feito, conjugado com quem vive da Lagoa. No caso do Ministério do Ambiente tem verificado algumas notícias

que já não bastava o tardio com que interveio, como não tem qualquer respeito pelos esclarecimentos solicitados pelo Município de Óbidos. Isto é uma vergonha, mas não o espanta, porque o Ministério do Ambiente quis sempre adiar a resolução deste problema. Também interessa saber onde estão os representantes do PS de Óbidos. Não deixa de ser curioso que muitos dos que de forma tão aguerrida nesta Assembleia Municipal manifestaram a sua oposição contra este Executivo, não fazem parte da Comissão Política. Uns fazem, outros não. Sempre quer ver, daqui a alguns tempos, onde é que eles estão. Não deixa de ser curioso que a posição que o PS de Óbidos tem tido relativamente à Lagoa, é inventar pseudo conflitos entre dos dois Concelhos, coisa que não existe na resolução do sistema da Lagoa, onde já foi, inclusivamente, defendido por ambos os Presidentes, que estão de total acordo, de total empenho em resolver. Toda a gente que percebe como as coisas funcionam, percebe que é uma artimanha que o Ministério do Ambiente tem arranjado para adiar as soluções. Nada melhor do que inventar conflitos para ir adiando as soluções. Felizmente, quer da parte do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que tem sido uma pessoa que ao longo dos anos, reconhecidamente, independentemente dos lugares onde está e de quem lá está, tem defendido os interesses do Oeste, quer da parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, que também tem sempre defendido os interesses, em particular, de Óbidos, independentemente contra quem. Têm sido altamente coerentes nas posições que têm tido. É nestes assuntos que interessam a todos, que interessa perceber, e isto é uma questão que politicamente é muito relevante, que ouve, entre aspas, que não o são, representantes do PS, em vez de discutirem o problema da Lagoa, mudam o foco, a atenção para uma invenção que será uma pseudodivergência entre os Presidentes das duas Autarquias, quando eles, ininterruptamente, afirmam que estão de acordo, que estão empenhados em resolver o problema. Percebe, estão a compactuar com a ausência de política que o Ministério do Ambiente tem para a intervenção na Lagoa. Todos os que estão de forma séria a acompanhar os desenvolvimentos que se passam na Lagoa, podem verificar, inclusivamente, eventuais mortes de peixe se a Lagoa não abrir, como foi alertado pelo Presidente da Associação de Mariscadores. Estão numa altura de desova e com o aumento da temperatura das águas, será uma catástrofe. Ninguém fala neste assunto. Fala-se noutras questões para dispersar. O Município de Óbidos tanta inteirar-se junto do Ministério do Ambiente das soluções que estão a ser feitas, que têm interesse e nem sequer uma resposta é dada. Que Ministério do Ambiente é este que nada fez durante estes anos todos e que agora não se digna sequer a informar dos trabalhos que estão a ser executados.-----

--- A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que a Gazeta das Caldas dá conta da nova Comissão Política Concelhia, sendo, naturalmente, da sua responsabilidade a notícia. O Senhor Presidente da Comissão Política não enjeitaria, certamente, que tenha sido chamado para o título algum extracto da sua intervenção, mas, na verdade, a responsabilidade é da Gazeta. Tratava-se de uma apreciação política feita pelo actual responsável da Concelhia de Óbidos, acerca da política local e, como tal, deve ser interpretada. Não foi feita nenhuma acusação, não foi difamado, não foram chamados nomes a ninguém nesse texto, de natureza política. Ao contrário do que aconteceu na última Assembleia Municipal, que teve a felicidade de não estar presente, por razões pessoais, em que a Senhora Deputada Sílvia Saramago, chamou o magnífico nome de corja aos Deputados do PS presentes. Acha que a Senhora Deputada,

fazendo jus à sua educação, poderia retratar-se dessa observação, desse comentário, que é obviamente grosseiro e despropositado. É um assunto requeitado, mas a Senhora Deputada não se retratou e ela é que requeitou, sobretudo, porque veio chamar à coação a sua infeliz intervenção na última Assembleia Municipal. Tem a maior consideração pela Senhora Deputada, pelo seu percurso académico, pelo seu percurso pessoal, mas são momentos menos felizes que, certamente, são de lamentar. A intervenção do Presidente da Concelhia do PS não pode ser qualificada como correio. É um texto, está disponível, quem quiser pode consultar. É uma apreciação política daquilo que se tem passado em Óbidos. Quanto aos prémios, ainda bem que existem, não está a fazer nenhum juízo de valor sobre isso, mas queria também distinguir duas situações, que são os prémios pessoais do Senhor Presidente da Câmara e premiaram a sua actividade científica, a sua investigação, etc., e tem a maior consideração e o maior orgulho em ter à frente do Município alguém com uma carreira universitária e de investigação como o Doutor Telmo Faria. Nada disso está em causa. Alguns dos prémios são prémios que reflectem a actividade do Município e é desses que às vezes falam, e reflecte, muitas vezes, uma estratégia aguerrida de marketing que, muitas vezes, não tem correspondência com a realidade. Foi isso que foi sublinhado na intervenção do Senhor Presidente da Comissão Política Concelhia do PS. Acha lamentável que se fale, nestes tempos, de politiquice. Estão aqui em nome da mais nobre das artes, que é a arte da política. Politiquice não fazem. Estão aqui no exercício das suas competências, no exercício da democracia, a fazer política. Politiquice faz-se nos cafés. Nesta Assembleia Municipal faz-se política. A mentira não é a prática do PS, é uma postura pouco ética, que não defendem, e portanto aquilo que existe entre os Grupos Parlamentares são divergências de opinião. O PS respeita as do PSD e o PSD respeita as do PS. De todas as formas, nunca aceitaram o rótulo de mentirosos. Foram condenados por não existir uma comissão política eleita do PS em Óbidos. Toda a gente sabe, foi dito publicamente nos jornais, foi dito na Assembleia Municipal, que assumiu a responsabilidade de uma comissão administrativa que geriu os destinos do PS de Óbidos. Fê-lo, em conjunto com outras pessoas, entre as quais Maria Helena Correia, e até às últimas eleições autárquicas. Esse trabalho teve que ser feito e depois foi regularizada a situação. Foi com muito orgulho, que acerca de quinze dias, elegeram uma comissão política. Os elementos da mesma são conhecidos. Os elementos do secretariado são conhecidos e portanto não há qualquer tipo de insinuações. Está tudo extraordinariamente claro e partilhável com todos que o queiram conhecer.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que a sua palavra tem a ver com alguma altivez que o PS veio aqui hoje mostrar, no sentido de diminuir uma obra que é colectiva, que está feita à oito anos e, pior ainda, denegrir isso na pessoa do Senhor Presidente da Câmara. Faz é propaganda pessoal, faz é marketing, não faz mais nada. Há muitas maneiras de discordar da actuação uns dos outros, mas lançar poeira para o trabalho que os outros fazem, desenvolvem, e que é reconhecido, não só pelas populações, que o sentem, como é reconhecido por entidades, desde a Comissão Europeia, às cem maiores empresas que existem no nosso País, relativas à área do ambiente, à inovação tecnológica, à educação criativa, às soluções sociais que o Município chamou a si, sobretudo na área da educação, da saúde e da terceira idade, parece-lhe injusto. Um pouco mais que injusto, parece-lhe assumidamente falso. A segunda palavra tem que ver com essa mesma altivez que foi exibida, no sentido de quererem dar uma lição à bancada do PSD do

que é a nobreza da arte política. A política não é uma das artes, no sentido do termo, belas artes, de artes nobres. A política é a intervenção cívica, no sentido do bem comum, no bem dos outros, do interesse geral, que é o que fazem na Assembleia Municipal. Devolvem à procedência essas mesmas críticas que foram feitas ao PSD. Devolvem também a linguagem de politiquice que aqui também quis ser desenvolvida e trabalhada. As palavras foram acusadas relativamente a um contexto que era o contexto da nova comissão política do PS, em que foram publicamente, em sessão pública, feitas críticas injustas e falsas, que agora foram reproduzidas no sentido de que o PSD é o seu líder e o seu líder age em função de interesses pessoais e não do interesse geral.-----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que fica agradado que o nome de Óbidos vá alto, com marketing, ou sem marketing. É importante que assim seja. Se não está errado, ouve uma Assembleia Municipal em Caldas, realizada na Foz do Arelho, sobre a Lagoa, e na qual o Senhor Presidente da Câmara esteve presente. Não conseguiu ler a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara na totalidade, porque só foi disponibilizada hoje. Infelizmente não foi dada conta à Assembleia Municipal do que é que se passou. Concorde que o problema da Lagoa é um problema grande, que não conseguem perceber, às vezes, o que está em causa. Estranha que nesta nota não esteja nada indicado. Era importante que essas coisas fossem reportadas às Assembleias Municipais, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara, inclusivamente, teve uma intervenção. São inúmeros os pedidos que tem feito à Câmara Municipal, sem resposta, com desculpas de que os serviços, ou outro, acabaram por não responder, ou alguém se esqueceu. O Executivo é o órgão máximo desta estrutura e tem poder hierárquico. Se as coisas não têm resposta, a responsabilidade é do Executivo, não sendo correcto estar constantemente a passar a responsabilidade de não haver resposta a perguntas simples e correctas, para terceiros que nunca estão presentes e não se podem defender. Perguntou qual era o ponto da situação em relação ao PDM.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que ficou espantado que a Senhora Deputada Sílvia Saramago tivesse confirmado tudo quanto disse da outra vez. Os insultos que foram feitos, foram confirmados agora, ao mesmo tempo que os ia tratando com muito cuidado, por V. Ex^{as}. Tem uma lista de insultos, desde o dia dezanove de Dezembro de dois mil e cinco, que foram feitos e se quiserem voltar ao assunto, reproduz os mesmos. É uma matéria que não interessa, de maneira nenhuma, falar. Foi confirmado que eram uma espécie de associação de malfeitores. Disse que ainda vai dar a sua interpretação pessoal sobre os resultados eleitorais. Não vai tirar o mérito ao PSD, mas tem uma interpretação. Quando o Senhor Deputado José Capinha disse que o PS não sabia quem mandava e que havia conflitos, é capaz de ter alguma razão de às vezes haver uns independentes e uns militantes. Agora, e com grande benefício para o País, o PSD parece ser efectivamente um partido onde se sabe quem manda. Está contentíssimo com o funcionamento do PSD nos tempos que correm. Isto pode ser considerado um escândalo. Podia dar vários exemplos desse seu contentamento. Não vê como se podem atirar pedras a respeito dos partidos. O Senhor Presidente da Câmara tem suficientes qualidades para não estarem sempre a apontar o que tem, o que não tem. As pessoas, com os prestígios que os cargos impõem, devem ser devidamente respeitadas e não estarem a perder horas a fazer considerandos de natureza pessoal. Foram esses considerandos e esses ataques de natureza pessoal que mais os têm ofendido e que mais os têm acabrunhado e humilhado nos últimos tempos. O Senhor

Deputado José Botelho teve o cuidado de falar em altivez. Não há quase sessão nenhuma onde não ouça a palavra de que são um grupo de arrogantes. Têm que acabar com isto.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos começou por ler um poema. Perguntou depois se o relatório da Direcção Geral de Finanças está disponível. Se o meio milhão de euros e os quinhentos e cinquenta mil euros foram disponibilizados, ou não. Chamou à atenção para o facto dos contabilistas da Câmara Municipal trabalharem muito lentamente.-----

--- O Senhor Deputado André Duque disse que gostaria de obter mais informação sobre o plano de desenvolvimento de segurança municipal, designadamente, como está o novo quartel da GNR, como será durante o verão, dado o aumento de turistas, se existe algum plano de segurança municipal, se o nível de policiamento tem aumentado e quais as novidades referentes a este ponto.-----

--- A Senhora Deputada Sílvia Saramago disse que não pode deixar de dar conta da sua perplexibilidade, porque se faz intervenções mais calorosas, os Senhores Deputados do PS ofendem-se. Se são levantados por eles, fazem nota disso. De facto é perplexa esta forma de estar. Muitas vezes põem-se a jeito e as coisas proporcionam-se.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha disse que lhe custou um pouco ver a bancada do PS muito incomodada, muito sensível, com as intervenções da Senhora Deputada Sílvia Saramago. Existe a questão de saber o que incomoda mais. Se é a forma ou o conteúdo. Aos Senhores Deputados do PS incomoda a forma como as coisas são ditas. A si incomoda-o o conteúdo daquilo que há anos o PS anda a dizer. Leu excertos do artigo publicado na Gazeta das Caldas sobre a eleição da comissão política concelhia do PS. Ninguém respondeu ao conteúdo importante e essencial da sua intervenção, que era o que é que o PS tem andado a fazer pela Lagoa. Chateiam-se com a forma e perdem-se no acessório. Não ouviu dizer que estão cá para marcar posições, que o Ministério do Ambiente do Governo PS nada tem feito, mas, porque estão em Óbidos, são contra a actuação do mesmo.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que aprovaram uma Comissão do Conselho Municipal de Segurança. Pediu que não ficasse esquecido, porque foi no anterior mandato. Foram eleitas várias pessoas e a Comissão nunca funcionou. Se alguém teve iniciativa, foi a Câmara Municipal, porque competia à Assembleia Municipal a criação e funcionamento desse Conselho Municipal de Segurança. Propôs que esse Conselho viesse a funcionar.-----

--- O Senhor Deputado Hélder Mesquita perguntou se o regulamento sobre animais já está aprovado e em funcionamento, se existem dados sobre a aderência da população ao programa Óbidos Solar, se o mesmo irá continuar em Óbidos e durante quanto mais tempo vai durar esse incentivo.-----

--- A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que não é porta-voz de ninguém. Foi chamado à conversa um artigo da Gazeta das Caldas que noticiava a nova comissão política concelhia. Naturalmente, na condição de membro dessa comissão política e uma vez que a bancada do PS é constituída, essencialmente, por independentes, falou nessa condição e não como porta-voz, que nunca será.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que acompanha a Senhora Deputada nas críticas que faz ao serviço de saúde. A Autarquia está a acompanhar toda a situação. Sabe que a Junta de Freguesia de Amoreira está com um nível de informação e de participação

extremamente activo. Felicitou a mesma pela acção que tem desenvolvido neste assunto. A Autarquia está a acompanhar e a trabalhar essa matéria com os serviços de saúde. Ter uma Comissão Europeia a destacar Óbidos como exemplo, é para a Câmara Municipal e para todos, um motivo de satisfação, reconhecimento, valoriza o trabalho, dá uma dimensão muito grande. O que é saboreado nestes momentos é uma cultura de responsabilidade e de continuar com este trabalho. Têm travado muita cooperação e muita partilha. Viver na Europa é isso. Ficaram de alguma maneira surpreendidos. É um momento de orgulho para Óbidos. O que saiu dali foi um reconhecimento e um exemplo português, e esse exemplo é o Concelho de Óbidos. Está assente numa estratégia de aposta na cultura, no empreendedorismo, nas indústrias criativas, na forma como isso pode ser um motor de desenvolvimento. Em relação à notícia que saiu na Gazeta das Caldas disse que os prémios são o reflexo daquilo que é a observação da sociedade civil e de outras entidades. À uns tempos atrás, soube de forma amarga, o facto do Governo PS ter distinguido o Presidente da Câmara Municipal. Sabem que as pessoas em Óbidos que são dirigidas pelo PS não gostam do sucesso do Presidente da Câmara Municipal. Ninguém sente que o Executivo de Óbidos ou o Presidente da Câmara Municipal tenham feito assim tanto mal a Óbidos, ou que sejam um grupo de malfeitores. Com essa narrativa e com esse tipo de posicionamento não se recomeça da melhor maneira. Esta violência e esta agressividade verbal não corresponde aquilo que é a realidade. O personagem que faz essas coisas não tem, ainda, a categoria e o estatuto para poder dizer aquilo que diz. Sobre a Lagoa disse que não época balnear e que o Instituto da Água garantiu que não haveria fecho da aberta. Não aconteceu assim. As obras foram para o terreno e tiveram uma semana, com o pico da temperatura a subir, com manifestações de fortíssima preocupação por parte da comunidade piscatória. A Associação de Mariscadores e Pescadores disse publicamente que havia já situações de grande preocupação, com o marisco a ser posto em causa, num momento de desova, num momento essencial, que se vai prolongar durante mais alguns dias. Podia ser a destruição daquilo que é o seu ganha-pão. Trata-se de pôr em causa todo o sistema de reprodução e de todo um ecossistema que também alimenta muitas famílias. O Presidente da Câmara Municipal faz o seu papel de querer obter esclarecimentos, de pressionar, de querer ajudar a resolver a situação e de chamar à atenção, quando é caso disso. Alguns personagens deste sistema gostam de, em primeiro lugar, defenderem quem tem a responsabilidade e não tanto verificar in loco, porque é que as pessoas ficam assustadas e porque é que ficam preocupadas. Passado um dias, ou dias, viram que as coisas mudaram. Tecnicamente podia ter sido evitado. Um político está impedido de discutir soluções técnicas. Na sua experiência só discute soluções técnicas. Ai do Autarca ou do político que não saiba discernir o que é qualidade técnica das propostas que lhe aparecem pela frente. Associou-se com o Presidente da Câmara Municipal de Caldas da Rainha porque acha que nestas alturas, e teve oportunidade de dizer, deve-se estar com os Concelhos vizinhos. O que aconteceu na Foz do Arelho, pode vir a acontecer noutra sítio. Espera ter o mesmo género de solidariedade. A palavra de ordem foi se nós, população, não continuarem vigilantes, não continuarem a querer saber e a arregaçar as mangas, é um erro grave, porque o assunto tem de ser puxado dessa maneira e tem que ser dinamizado dessa maneira. Querem ter o conhecimento das notas técnicas do Lenec para fazer desaparecer esta desconfiança de que houve incumprimento. É pena que a Comunicação Social não faça investigações mais profundas sobre

este assunto. O que precisam é que todos ajudem. Esta causa transcende em muito o Executivo Municipal de Óbidos, ou seja, o Executivo Autárquico. Registou as palavras da Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues. A mentira não é a sua política. É uma forma pouco ética que não defende. Subscrive inteiramente e será, seguramente, citada na próxima reunião da Câmara Municipal. A revisão do PDM é uma prioridade e estão a trabalhar muito nisso. Grande parte do trabalho da Senhora Vereadora é gasto neste processo. O PDM é uma verdadeira discussão. Uma questão estratégica do que deve ser o Concelho de Óbidos para os próximos anos. Como podem criar soluções para evitar erros em relação às boas intenções do planeamento que se vive até aqui e da forma como depois as regras são geridas, ou os espaços. Espera que ainda este ano possam ter propostas e iniciativas. Não tem condições políticas, porque o assunto o transcende, de fixar um prazo. Ficou satisfeito por saber que uma parte significativa do território está muito bem encaminhado e nos próximos meses poderá ter o desfecho que permitirá alavancar determinadas intervenções, nomeadamente, de defesa de sustentabilidade ambiental no território onde há forte investimento na área turística. Isto ajuda a defender áreas urbanizáveis onde verdadeiramente fazem falta e a estancar onde não fazem falta. Gostava que todos, como Autarcas, não virassem uma espécie de representantes do interesse individual, ou da fatia, mas tivessem a visão global daquilo que possa ser o bom instrumento de desenvolvimento do Concelho de Óbidos. Irão ter uma vastíssima e aprofundada discussão. Não querem que ninguém chegue à Câmara Municipal a dizer que não sabia, que não estava cá ou que falhou a oportunidade de dizer aquilo que pensava. Estão a permitir que todas as pessoas participem nesse processo. Irão divulgar os inquéritos públicos preliminares de forma acentuada para que ninguém tenha desculpa. Vão tentar encontrar soluções que satisfaçam todos. Não percebeu a pergunta do Senhor Deputado Custódio Santos. Pediu para repetir a questão formulada.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que já se vai habituando às respostas do Senhor Presidente da Câmara e ao seu silêncio. Falou nas comemorações do vinte e cinco de Abril, falou em algumas obras que estão inacabadas e falou em aglomerados populacionais que não têm sítio para as águas pluviais, como no Bairro da Senhora da Luz. Existe uma calçada em frente a um casal, que vem do Aqueduto à Santa Iria, que tem os postes de iluminação no meio do passeio. Espera que os reponham no lugar deles e parte dessa calçada já não está em condições. Perguntou se o relatório da Inspeção de Finanças estava disponível para ser visualizado e se o meio milhão de euros e os quinhentos e cinquenta mil euros que a Autarquia terá que repor, já foram repostos. Perguntou também porque é que a contabilista trabalha tão lentamente.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o Senhor Deputado consegue fazer análises políticas usando a poesia. Sempre que o Senhor Deputado se quiser dirigir ao Presidente da Câmara Municipal, passa pela mesma, ou quando o vê, sinaliza os problemas. Não à que fazer um drama ou uma grande interpretação de natureza política à volta daquilo que são problemas que acontecem e que haverá sempre para resolver. Não se lembra que a Inspeção-Geral de Finanças tenha feito qualquer inspeção à Câmara Municipal. Tiveram a Igal e o Tribunal de Contas. Não sabe a que verbas é que se refere. Dirija a questão de uma forma esclarecedora e ser-lhe-á dada a resposta. Sobre a contabilidade da Câmara Municipal, os funcionários trabalham imenso e têm uma grande capacidade. Agradeceu as questões postas pelo

Senhor Deputado André Duque e que dizem respeito a toda a gente. A saúde e a questão da segurança são, para este Executivo, áreas em que sentem que o seu empenho tem que ser ainda muito maior, empenho até de natureza política. São extremamente importantes para a população e são uma prioridade. Sabem o que estão a fazer na educação, na área económica e por ai a fora. Estas duas áreas têm merecido um grande trabalho, bastante forte, da parte do Executivo. A segurança das pessoas, hoje, é um bem essencial. O modelo de desenvolvimento é às vezes ameaçado, ou posto em causa, com receio de não existir estabilidade, segurança para as pessoas. Existem zonas que estão sempre muito desprotegidas e há momentos do ano em que precisam de ter reforços policiais. Há um atraso na obra do novo quartel da GNR, sendo da total responsabilidade do Ministério da Administração Interna, que assinou um protocolo com a Câmara Municipal. A obra já devia ter sido lançada. Para isso precisam de um projecto. Uma estrutura do Ministério da Administração Interna ficou de fornecer o projecto logo no início do ano, o que não aconteceu. Estão a fazer uma insistência muito grande para que o processo não se atrase. A força policial de Óbidos e o serviço que fazem à população, em matéria policial, é muito deficiente, tem imensas carências, não é digno daquilo que é a realidade do Concelho de Óbidos. O posto é uma velha batalha, uma velha causa, pelo que existe uma atitude de pressão permanente para a construção de novas instalações. Não só a pensar na dignidade profissional dos profissionais da polícia, mas também a pensar nos turistas, nos residentes, nas pessoas que têm que ter uma boa qualidade de serviços. Espera que não os critiquem pela obra não ter começado, mas a responsabilidade não é da Câmara Municipal. O Comandante Distrital da Guarda está em diligências para reforçarem claramente toda a época balnear. Vão fazer uma experiência piloto na zona do Bom Sucesso. A Câmara Municipal disponibilizou umas instalações para abertura de um posto de atendimento da Guarda. Vinte e quatro horas por dia, com policiamento a cavalo. Portanto, com uma força extra, para além de um efectivo permanente, que prestará assim um maior apoio, e outra capacidade de resposta. Os assaltos só conseguem ser atenuados com vigilância e com mais efectivos na rua. Isso está a ser trabalhado. Está a ser pedida autorização à tutela para este investimento, que espera, venha a ser concedido a Óbidos. A colocação de mais efectivos naquela zona permite libertar os efectivos que estão no posto da Vila de Óbidos, de modo a terem outra disponibilidade para o resto do Concelho. Existem projectos específicos sobre segurança, com câmaras de vigilância e vários outros que estão a ser desenvolvidos com a Secretaria de Estado. É uma área à qual estão a dar imensa atenção para garantir mais estabilidade social possível. Sobre as questões da Junta de Freguesia do Olho Marinho disse que o regulamento está em vigor e já foi publicado. Existe imensa aderência ao Óbidos Solar. Há pouco tempo havia seiscentas pessoas inscritas. Tem um impacto sobre mais de duas mil e quinhentas pessoas. Têm cerca de duzentos registos feitos. Gostavam de fazer mais registos, mas não é a Câmara Municipal que governa esse sistema. Se fosse mais fácil fazer registos e atribuir licenças, está seguro que não teriam seiscentos, teriam mais de mil pessoas inscritas ou mais de mil contratos inscritos. É, possivelmente, o Concelho com mais micro geração pré-capita do País. Existe uma empresa que faz uma nova produção de foto voltaico. A opção em Óbidos foi fazer com que a comunidade fique com esses ganhos e fazê-lo família a família, casa a casa, contrato a contrato. Se não vão mais longe é porque não deixam.--- Não havendo mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PUNTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DOS MAPAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE DOIS MIL E NOVE DO MUNICÍPIO DE

ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatro mil oitocentos e cinquenta e três, de vinte e dois de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, os Mapas de Prestação de Contas do ano de dois mil e nove do Município de Óbidos.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que falou em Inspeção de Finanças, mas de facto é Tribunal de Contas. Não está errado nos números. Vai fazer dois anos que foi fechado o caudal do Rio Arnóia, na Barragem, e foi posto em causa todo o ecossistema do rio até à Lagoa. Foi um silêncio autêntico, não ouviu ninguém falar disto.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que se passou para outro ponto da ordem de trabalhos. No período antes da ordem do dia, os Senhores Deputados têm a possibilidade de intervirem sobre as matérias que entenderem.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que já tinha pedido a palavra à algum tempo. Foi dos primeiros a pedir a palavra. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu a palavra a toda a gente, e foi passando, a ver se ele não usava da palavra. Isto aconteceu logo no início. Já nada o surpreende aqui.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que não lhe admite qualquer tipo de insinuação, como não admite que o interrompa, porque não o interrompeu quando estava no uso da palavra. A Mesa não faz diferenciação em relação a qualquer dos Senhores Deputados. O Senhor Deputado Custódio Santos teve oportunidade de se inscrever. Quando se constatou que afinal a Mesa não tinha dado por isso, foi-lhe dada a palavra. O Senhor Deputado teve oportunidade de colocar qualquer questão. Política barata, enquanto cá estiver, não dá. As insinuações gerais, abstractas, de que alguém quer calar, isso é para a rua. Para quem está habituado a fazer política de rua ou de café. As pessoas no uso estrito das competências que a Lei e o Regimento lhe dão, podem usar da palavra, desde que cumpram as regras. Se cada um começar a dramatizar, a generalizar e a criar climas de emotividade, até falando alto, pensando que é assim que ficam com a razão, as coisas não funcionam assim. Já passaram quase quarenta anos do vinte e cinco de Abril e existem regras.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que são documentos de natureza política. Revelam um modelo de gestão que não concorda. No seu ponto de vista é inaceitável que seja necessário recorrer a empréstimos bancários, aumentando significativamente a dívida, ao mesmo tempo com o que gastam com as remunerações das empresas. Só em dois mil e nove mais de cem mil euros gastos. Não concorda. Acha que se poupava bastante se as empresas regressassem à empresa mãe. Se calhar, não existe Câmara nenhuma no País com tanto administrador.-----

--- A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que deixa a análise técnica para quem percebe. Sentem-se com toda a legitimidade, com toda a autoridade moral, ética e até política, para intervir criticamente neste ponto, uma vez que no último mandato autárquico, sempre votaram favoravelmente as contas do Município. Fomos constantes na nossa posição sempre que o Município de Óbidos continuava a apresentar contas que, atendendo à situação de certas autarquias do País, se podiam considerar relativamente sustentadas. Essa foi a razão fundamental que levou o Grupo Municipal do PS de Óbidos a votar favoravelmente as Contas

Municipais da Câmara Municipal, o que sempre aconteceu no anterior mandato autárquico e o que fizemos com sentido de responsabilidade, assentes no rigor da análise, não permitindo, como nunca permitimos, que a mera conveniência política e partidária influenciasse as nossas decisões e actuações. Temos assim a autoridade moral, ética e política para relativamente às contas de dois mil e nove manifestarmos mais do que meras reservas, mas sim graves críticas e preocupações com o estado de degradação das contas públicas municipais no curto espaço de um ano. Confirma-se agora que a previsão feita pelo PS, há mais de um ano, que a taxa de execução das receitas, relativamente ao inicialmente previsto, seria de cerca de metade. Infelizmente, a nossa previsão é que está certa, porque a taxa de execução das receitas foi apenas de cinquenta, vírgula, oito por cento em relação ao inicialmente orçamentado (vinte e um, vírgula, sete milhões de euros: quarenta e dois, vírgula, sete milhões de euros, igual a cinquenta, vírgula, oito por cento). Mas não foi a execução orçamental que foi má, foi antes a previsão de receitas que foi empolada estrategicamente em ano de eleições. Não houve receita e consequentemente não houve obra. A mais gritante foi mesmo a não abertura das duas novas escolas em dois mil e nove como prometido e muito anunciado com prejuízo para alunos, professores e encarregados de educação. Contrariamente ao que previa o orçamento aprovado para dois mil e nove, sobressai o facto da despesa da Câmara ser mais de natureza corrente e não de capital (investimentos), constatando-se que as despesas com o pessoal já representam quarenta e cinco por cento das despesas correntes, um aumento brutal que em muito contribuirá para a falta de sustentabilidade a médio prazo das finanças municipais. Um município que há cerca de dois anos primava por pagar a tempo e horas aos seus fornecedores passou a ser um município que não paga a quem lhe presta serviços e a quem lhe vende bens. Janeiro de dois mil e dois: um, vírgula, cinco milhões de euros. Início de dois mil e oito: dois, vírgula, oito milhões de euros. Início de dois mil e dez: onze, vírgula, seis milhões de euros (nove, vírgula, dois milhões de euros (relatório de gestão) mais um, vírgula, três milhões de euros (ponto doze do documento do ROC) mais um, vírgula, um milhões de euros das empresas municipais). Em relação a dois mil e dois a dívida a fornecedores cresce sete, vírgula, sete vezes. Conclusão: o PSD na sua gestão fez crescer mais de sete vezes as dívidas de curto prazo. De acordo com o último quadro da página trinta e um do Relatório de Gestão, no início da gestão do PSD (há oito anos), as dívidas de curto prazo, representavam dezasseis por cento do total da despesa do município e agora são quarenta e dois por cento. Este enorme crescimento da dívida de curto prazo ocorreu sobretudo nos dois últimos anos, o que revela um preocupante descontrolo financeiro com a agravante de afectar, nestes tempos de crise, muitas pessoas e muitas empresas. Este é um sinal de uma gestão pouco séria, e pouco preocupada com o tecido empresarial do concelho. O Município de Óbidos gerido pelo PSD passou do não endividamento, ao endividamento preocupante. A herança de empréstimos bancários que recebeu a gestão do PSD (no início de dois mil e dois) e que tanto foi criticada, foi de três, vírgula, sete milhões de euros, mas este ano atingirá mais de nove milhões de euros. A amortização dos empréstimos bancários concentrar-se-á a partir do próximo mandato autárquico, o que revela pouca responsabilidade financeira, ao remeter para outros as limitações de investimento que resultam do serviço da dívida. A evolução negativa de vários indicadores económico-financeiros da Câmara Municipal é já uma realidade e, se não forem tomadas, com brevidade, medidas adequadas, agravar-se-á

nos próximos anos. Tal evolução decorre da conjuntura geral e de políticas de gestão do Município que não são compatíveis com a actual situação. As políticas de gestão do Município têm originado um aumento descontrolado das despesas correntes. Acresce o facto do aumento de parte das despesas não ser resultado do aumento da qualidade de vida da população, pois designadamente várias requalificações urbanas de localidades do concelho não passaram ainda de intenções e de promessas. Quanto às despesas de investimento, a pressa com que foram elaborados vários projectos originou erros graves que motivam trabalhos a mais, com custos elevadíssimos que são integralmente suportados pelo Município e boa parte eram evitáveis. As consequências da actual política de gestão seguida pelo Município são o crescimento muito acentuado do atraso no pagamento aos fornecedores e empreiteiros e o aumento dos empréstimos bancários. Uma nota final de preocupação para a referência a facturação não contabilizada dentro dos prazos legais, em montante superior a 1 milhão de euros, e detectado pelo ROC, o que realça a necessidade premente de uma auditoria independente à Câmara Municipal e às suas finanças. Manifestou a preocupação do PS. Disse que não estão nada contentes com isto. Estão solidários com as dificuldades, mas entendem que a Câmara Municipal deve tomar providências, muito urgentes, para evitar hipotecar o futuro do Concelho e de tudo aquilo que está em causa no modelo de desenvolvimento que todos querem para o Concelho de Óbidos.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho congratulou-se pelo facto de desde dois mil e dois o orçamento ter mais uma vez batido o recorde. Recorde em receitas, recorde em despesas, que em dois mil e nove foi de cerca de cinco milhões de euros. Têm tido cada vez mais receitas e têm tido cada vez mais e melhor despesa. Critica o modelo de desenvolvimento, com detalhes que não têm, seguramente, que ver com a linha de relação de equilíbrio entre receitas e despesas. O que têm aqui são despesas da Câmara Municipal em cerca de vinte milhões de euros e receitas da Câmara Municipal em cerca de vinte e um milhões de euros. Ou seja, um saldo de gerência positivo. Nota-se aqui um enorme esforço de investimento, que num orçamento de vinte milhões de euros, estão executados praticamente, já, trinta e sete milhões de euros. Isto tem que ver com as escolas do Furadouro, do Alvito, com o investimento do multiusos de A dos Negros e com outro tipo de investimento, vem contabilizado em despesas correntes, que é aquele que é feito na educação. A transferência dos funcionários da educação para a Câmara Municipal fez com que num ano, a rubrica com pessoal, aumentasse mais de cem pessoas. Estas cem pessoas que entraram nos quadros da Câmara Municipal, em conjunto com as duzentas e sessenta que já existiam, ainda hoje têm um peso relativo no orçamento que ronda os trinta e um, trinta e dois por cento. Cinquenta e dois por cento foram gastos na educação e na saúde, em termos que os orgulha. A Óbidos Criativa na educação, uma sala, um professor, uma turma, tem acompanhamento, desde assistentes sociais a psicólogos, a dentistas, a nutricionistas, ou seja, há um investimento enorme no sentido da educação, em termos de investimento, não se confinar à simples tradição dos saberes na escola. É um investimento que se orgulham de ter, como se orgulham de ter um investimento na terceira idade e na rede de creches e escolas. Representa, na educação e na saúde, cinquenta e dois por cento das despesas correntes do Município. Felizmente têm uma folga, uma margem, que permite continuar a realizar esse investimento. Houve mais receita do que despesa. O indevidamente bancário, de cerca de nove milhões de

euros, não ultrapassa os quatro milhões de euros. Estão a falar de indevidamente a médio e longo prazo, o que para o orçamento é muitíssimo bom. Para o património é muitíssimo bom., porque têm uma taxa de autonomia, de independência financeira que ronda os cinquenta e dois por cento. Se estivesse lá contabilizado o activo do património que entretanto foi incorporado no património da Câmara Municipal desde dois mil e dois e não está inventariado à apreciação do seu efectivo valor, teriam então uma taxa de independência financeira que se aproximava dos oitenta por cento. Estiveram bem, fizeram bem e ainda alguém tem que nascer para fazer melhor.-----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que o orçamento é de quarenta e dois milhões e o Executivo têm vinte e dois milhões de execução. Há um valor que desvirtua aqui, que estava considerado no orçamento e que não é concretizado, tem a ver com a venda de bens de investimento, são imóveis, dezasseis milhões de euros, somados aos vinte e dois, teriam qualquer coisa na ordem de trinta e oito milhões. Às vezes pode-se dar a ideia que não houve mais investimento por decisão própria da Câmara Municipal. Não é só a execução em si, não é só onde é que se gasta o dinheiro, é a forma como desvirtuamos, às vezes, o próprio raciocínio ao empolar estes valores. Em Novembro, quando é apresentado o orçamento rectificativo, este valor passa de dezasseis para nove milhões. O Executivo ainda pensa, em Novembro, vender cerca de nove milhões de euros. Acabou por não concretizar. Em Janeiro muda de opinião e já vende alguns imóveis. A situação financeira tem-se degradado nos últimos anos. Se forem ver os rácios que são apresentados no fim do documento, conseguem ver que o rácio das receitas correntes sobre as despesas correntes têm-se vindo a agravar. O rácio da amortização de juros sobre as receitas totais que vai ter tendência para se agravar, se se mantiverem estas receitas e quando começar a acabar o período de carência dos empréstimos. A situação não lhe parece que tenha tendência para melhorar. O Executivo continua confiante. A participação do Feder para os complexos escolares é considerada muito baixa. Pensa que é muito baixa, porque o custo que têm estas obras é um pouco elevado e não entra dentro da participação que o Feder dá.--

--- O Senhor Deputado José Capinha disse que gostava de centrar a discussão dos números na essência. Na essência do que o PS transmite. Na essência do que vê destes números. A mensagem, quer da parte da Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues, quer da parte do Senhor Deputado João Maria Lourenço, é com infelicidade ou com tristeza, que vêm as contas a degradar-se. Essa é a essência do que querem transmitir, que é absolutamente falso. A Senhora Deputada disse, e bem, que deixará a análise técnica para quem perceba. Por outro lado faz comentários. Faz comentários de falar em valores de empréstimos, de falar de valores de dívidas, comparando todos com dois mil e dois, não falando na execução, não falando no orçamento. Como sabe é incorrecto. Não podem referir um valor e a seguir querer fazer essa conclusão que é subirem sete vezes sem referir qual é o orçamento, sem referir qual é a execução. Isto já foi sobejamente explicado anteriormente, por diversas entidades, é fácil para quem quer ver as coisas com verdade, mas não é isso que lhes interessa. O que lhes interessa é transmitir essa mensagem que é absolutamente falsa. Os Municípios não sentem isto a degradar-se. Só quem não conhece a nova escola e as obras que estão a ser lançadas no Concelho. Garantiu que essas pessoas não vêm a sua qualidade de vida a degradar-se. As escolas tem pouca participação, porque este Executivo sempre assumiu que tem um formato, que tem um

objectivo de fazer escolas bem dotadas de condições adequadas aos futuros empreendedores, às futuras pessoas que vão querer ficar neste Concelho. Não pactua com a discriminação a que, anteriormente a este Executivo estar cá, os sucessivos governos foram deixando este Concelho e outros, mais pequenos, entregues, que era não investir neles. É por isso que existe pouca participação, porque este Executivo se substitui, como em tantas outras obras, ao que os Governos não fazem. Tem uma grande execução efectiva neste Concelho. A execução física é das maiores de sempre. O conjunto de obras que estão em execução. É algo que repetidamente dizem que nada se faz, mas depois contradizem-se, porque afinal têm aqui uma grande execução, que não está adequada, prometem fazer mais, mas ao mesmo tempo também querem gastar menos. Nada disto é coerente. A essência que querem transmitir algo é absolutamente falsa. Não há degradação nem na qualidade dos Municípios, nem das contas, nem da execução. Não é nada que os deva entristecer, nem no qual não podemos ter felicidade, deste números, que são agora apresentados. Essa é que é a verdade. Não é a que querem transmitir.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que era recomendável que uma Assembleia Municipal que tem o assunto que tem hoje para tratar, deveria ter-se concentrado muito mais em debater aquilo que está na ordem do dia. É claramente muito estimulante e muito importante que se discuta, do que, eventualmente, algumas das questões que foram suscitadas. Perguntou porque é que existe uma dívida a fornecedores de onze milhões de euros. É a dívida que todos têm de colocar, olhando para os documentos e para a prestação de informação. Relativamente à análise dos documentos que foram disponibilizados pela Autarquia, pensa que existem duas atitudes, que só o futuro mais próximo, menos próximo, dará a devida razão, não a ambas as posições, mas apenas a uma. Olhando para os relatórios e para os números de dois mil e nove, na sua opinião, só há duas interpretações possíveis. Uma é que está tudo bem, tudo corre bem. A outra, mais moderada no entusiasmo, que é a sua, é de que no mínimo existem dados que permitem fazer um sério aviso à navegação. Espera que não tenha razão. Estará presente em dois mil e onze, dois mil e doze e dois mil e treze, para rectificar que este problema foi meramente conjuntural. Estará, para que o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o seu colega de bancada se riam na sua cara, quando para o ano e daqui a dois anos, estiverem a analisar as contas de dois mil e dez, as de dois mil e onze e as de dois mil e doze. Virá da mesma forma, olhar olhos nos olhos, para se rirem dele, porque não tinha razão, não deveria ter sido moderado no seu optimismo. Estará na análise de contas, para gozarem com ele de que, efectivamente, esta era uma situação meramente conjuntural, facilmente ultrapassável e que a razão estava toda do lado do Executivo. Deseja, sinceramente, que assim seja. Gostava de saber se foram transferidos cem funcionários do Ministério da Educação para a Autarquia e se o Ministério da Educação continua a ter a despesa com esses funcionários. Se houver algum problema e se a culpa for do Ministério da Educação, de não pagar a esses funcionários, pensa que é importante chamarem à atenção de que esses compromissos não estão a ser respeitados. O Senhor Deputado José Capinha falou, aqui, que a oposição faz interpretações falsas. Não faz interpretações falsas. Relativamente a dois mil e dois, os dados que são transmitidos, dividas a fornecedores de dois mil e nove, de facto são sete, vírgula, sete vezes superiores àqueles que eram os números de dois mil e dois. Perguntou o que é que o Senhor Deputado José Capinha tem para dar, do ponto de vista da receita, de que esse valor é superior a este, relativamente aos números de dois mil e dois

e aos números de dois mil e nove. É esse o esclarecimento que pede. As escolas, de facto, são um grande investimento da Câmara Municipal e como sabem, se à matéria relativamente à qual o PS entende que, na generalidade, este Executivo tem feito um trabalho que deve ser elogiado, relativamente ao investimento, apesar de saberem que existem ajudas que são importantes para a concretização desse investimento. Não basta dizer que se estão a fazer as escolas. Mais importante do que fazer boas escolas, era terem aberto nos prazos que estavam estipulados. Essa devia ter sido também a rectificação do Senhor Deputado José Capinha. Devia ter dito que não basta estar no terreno a construir escolas, é preciso que se cumpram os prazos para abertura dessas escolas, para que beneficiem delas os alunos, os encarregados de educação, os professores e o pessoal não docente. Ou então que se assuma aqui, que a responsabilidade, como é hábito, não é da Câmara Municipal, é de alguém que não a Câmara Municipal.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que não se vão rir da vara dos outros. Não lhe parece que seja bom sinal este tipo de intervenções: “Felizmente não estava cá da outra vez”, “Felizmente cheguei fora de horas, pelo que não perdi grande coisa”. Se gostam de não estar cá e se gostam de vir cá para dizer que ainda bem que chegaram só no fim, então não venham, decididamente, porque para fazer este frete assim, talvez seja melhor nem sequer fazê-lo. Estamos a discutir a conta. A conta foi aquilo que foi feito. Aquilo que entra nos cofres do Município e aquilo que foi gasto pelo Município, entre um de Janeiro e trinta e um de Dezembro de dois mil e nove. Não existem projecções, eventualidades, previsões, nada disso. O que aconteceu foi que a execução orçamental, o saldo é positivo. Houve mais receita do que despesa. Houve mais investimento do que em qualquer outro ano. A dívida bancária de médio e longo prazo não ultrapassa os quatro milhões de euros. As dívidas a fornecedores a curto prazo não são de onze milhões, são de nove milhões. A Câmara Municipal tem a haver, a muito curto prazo, quase vinte milhões de euros. Treze milhões e meio de euros de taxas do Feder e outras de cerca de cinco milhões e meio de euros de licenciamento. Estão a dever nove e estão para receber, a curtíssimo prazo, dezoito. Estão a ver as contas de dois mil e nove, o que foi gasto e o que foi recebido. É com muita preocupação que notam e registam e descontrolo orçamental da Câmara Municipal. Ainda falam muitas vezes em dois mil e dois. Lembra-se do tempo em que os carros da Câmara Municipal iam a vinham vazios, porque comprava alcatrão e não pagava. Ninguém fiava nada à Câmara Municipal. Isso fala por si. Não vale a pena estarem nestes sofismas de dizer que existem dívidas e ocultar deliberadamente a receita, ou de vir dizer que o esforço educativo que tem sido feito, fazer acontecer as escolas, não existe, não interessa a ninguém, porque houve um atraso no processo burocrático no desenvolvimento de uma obra. As escolas estão aqui. As que estão feitas estão feitas, as que estão a ser feitas estão a ser feitas, de acordo com um modelo muito próprio e de uma vontade enorme de conseguir vencer e quebrar enormes e imensas resistências, para conseguir ir buscar os financiamentos onde ninguém se lembrou de o fazer. Isso é mérito, não é desmérito. Só se orgulham e honram de terem conseguido mudar completamente a face da educação no Concelho de Óbidos.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o Senhor Vereador José Machado fez uma intervenção de cinquenta minutos a arrasar por completo a conta de gerência, mas quando chegou a hora da votação viabilizou. A conta de gerência não teve qualquer voto contra. A Senhora Vereadora registou o esforço e verificou que a dívida está muito abaixo daquela que

estava na conta no final de Dezembro de dois mil e nove. Tem já valores inferiores de cerca de sete milhões. Há uma coisa que o Executivo não vai fazer. O esforço financeiro não é degradação. É investimento na população, na preparação das gerações. Se retirarem o esforço financeiro brutal que estão a fazer na educação, desaparece praticamente a dívida em dois mil e nove. Querem o socialismo na teoria, ou fazer a distribuição da riqueza pela população. Este é o modelo da Câmara Municipal. Não esperava ouvir a Senhora Vereadora Maria Cristina Rodrigues dizer que, certamente, o orçamento de dois mil e nove foi empolado, porque havia eleições. É um argumento que nem os mais incautos já comem. É revelar um total desconhecimento e inexperiência do que é o mundo autárquico. É não ter a noção daquilo que é a obrigação da Autarquia, quando tem avisos, candidaturas para fazer. O que se fez é técnico e até juridicamente sustentado. A construção do orçamento é feita com respostas que os Senhores Deputados do PS não quiseram saber. É uma conta que os orgulha muito. A conta de gerência atinge níveis de obtenção e captação de receitas num ano difícilíssimo. Ninguém falou nos cerca de trinta milhões de euros de activos que o Município já gerou para riqueza da Câmara Municipal. Tem cerca de sessenta lotes para comercializar, que fazem parte do domínio privado do Município. Cerca de vinte são de valores elevadíssimos, porque estão integrados em aldeamentos turísticos. A Senhora Deputada vem dizer para mudar as políticas de gestão, depois de ter ajudado a aprovar compromissos que têm implicação na despesa. O Município investe hoje, no pagamento de salários, a mais de cento e dez pessoas, só na área da educação e que estão no quadro do Município. Quem paga esses ordenados é o Município de Óbidos e isso reflecte-se na conta. A única grande despesa que conhece é no sector da educação e dessa não vai abdicar. Essa foi a votos. As pessoas sabiam e preferiram este modelo e este caderno de encargos. O caderno de encargos é distribuir a riqueza pela população. Isso faz-se com mais recursos humanos, com mais equipamentos e com mais investimento social. É a população que comanda os destinos da Câmara Municipal e que faz todos os dias trabalhar uma grande equipa, para fazer do Concelho de Óbidos, um Concelho de referência neste País, apesar de todas as dificuldades.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que a conta de gerência é a maior de sempre, na história do Município. Pediu que lhe mostrassem qual é a Câmara exemplo do País, que possa dar o caminho, já que o PS não o consegue dar. Quantas Câmaras do País investem o que a Câmara Municipal investe em cada cidadão de Óbidos. A Senhora Deputada falou num, vírgula, dois milhões de euros de facturas em transição, mas não falou da entrada de receitas, que devia de estar reflectida no balanço e reflectiva no activo, de cinco, vírgula, cinco milhões de euros, que fazem toda a diferença. Depois do que verificam nas notícias que o PS mete a circular sobre a instituição, procurando descredibilizar, procurando reduzir os níveis de confiança, percebem claramente qual é a vontade do PS. O povo já mostrou, sucessivamente, que é inteligente e que não se deixa enganar desta maneira. A dívida a terceiros não é de onze, vírgula, seis milhões de euros. A dívida é de nove, ponto, dois milhões de euros. O PS procura colocar todo o somatório do pedido de empréstimo, misturando dois mil e dez com dois mil e nove, a fazer reflectir isso nas contas de dois mil e nove. Não percebe como é que a Senhora Deputada fala em valores superiores a quatro milhões de euros na dívida de médio e longo prazo. A dívida de médio e longo prazo são três, vírgula, oito milhões de euros. Não perguntou

porque é que as facturas transitaram. Bastavam as facturas de um complexo para que isso acontecesse. Não referiram os activos que não estão contabilizados e estão nas reservas de certificação das contas de todos os activos que o Município tem e não estão inventariados no património. Todos somados são mais de trinta milhões de euros. Da variação dos três milhões e meio da dívida a fornecedores de dois mil e oito para dois mil e nove, cerca de dois milhões de euros têm acordos de pagamento. Os empreiteiros, fornecedores, e prestadores de serviços estão a receber o dinheiro e a Câmara Municipal está a honrar o seu compromisso. Está a cumprir as suas responsabilidades. Responsabilidades que o PS revela não ter. Nem responsabilidade nem capacidade para governar uma Câmara Municipal com esta dimensão. Só a atitude de dizer que fizeram um orçamento megalómano e que recorreram ao empolamento das vendas de bens de capital, revela incapacidade e irresponsabilidade em hipotecar o desenvolvimento do Concelho. Os quarenta e dois milhões de euros foram fundamentais para arrecadar investimento para os próximos anos no valor de quarenta e dois milhões de euros, junto do QREN. Caso contrário não teriam condições, porque as candidaturas seriam chumbadas. Dos vinte e oito milhões que tinham previstos para investimento nas pessoas, investiram vinte e sete milhões. Uma execução de noventa e oito por cento, praticamente. A execução física total da Câmara Municipal não é de vinte e dois milhões de euros, mas é de trinta e sete milhões de euros. Compararam este endividamento, que passou para sete vezes mais, de dois mil para dois mil e nove. Estava à espera de uma atitude muito mais inteligente, de não chamar à coação, aquilo que foi o ano de dois mil ou de dois mil e um. Se fizer uma comparação do que são as dívidas, hoje, de curto prazo, de médio e longo prazo, em percentual, com a execução, comparativamente a dois mil e a dois mil e um, o PS deixou este cenário. Setenta por cento das receitas eram consignadas para dívidas. Hoje, cerca de trinta e três por cento das receitas são consignadas para essas dívidas. O PS nem sequer deixou estes trinta milhões de euros de activos. O PS não deixou receitas que pudessem encaixar rapidamente, como têm agora, de treze, vírgula, três milhões de euros. Não podem dizer que a Câmara Municipal está em situação de falência, ou está em situação de gastar mais do que aquilo que têm. Está bem clara a opinião insuspeita dos técnicos oficiais de contas que mostram a situação do Município. É o primeiro do Distrito em matéria de independência financeira. Continua no décimo sexto lugar no ranking nacional. O Governo veio reconhecer que as taxas de participação têm que passar para oitenta por cento, em vez de sessenta, veio reconhecer os custos padrão, que tinham que aumentar, porque a capacidade financeira dos Municípios levava a que a execução não passasse dos míseros treze por cento da execução do QREN. Sobre a venda de bens de investimento disse que o PS não pode viabilizar um orçamento que tem exactamente estas receitas previstas e depois, em sede de alienação desse mesmo património, o PS vota contra, como se viu na última Assembleia Municipal, em variadíssimas hastas públicas. O que o PS quer é o controlo das contas públicas, a asfixia, o mau cheiro que se possa criar à volta do Município. Passou à apresentação de diapositivos referentes às contas. A Câmara Municipal investe setecentos e oitenta e oito euros por pessoa. O PS devia ter feito o diagnóstico correcto, devia ter analisado todo o activo, devia ter analisado o balanço e devia ter reflectido os cinco, vírgula, cinco milhões de euros no resultado líquido do exercício, porque se o fizesse teria chegado à conclusão, que em matéria do resultado líquido do exercício, estão melhor em dois mil e nove do que estavam em dois mil e oito.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho perguntou se o Município, com esta maioria PSD, anda a investir muito em educação, desde dois mil e dois, porque estes números foram apresentados na conta à Assembleia Municipal. O que mudou no ano de dois mil e nove relativamente aos anos anteriores, quanto a esse discurso do muito investimento em educação que onera o orçamento da Câmara Municipal.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que nesta Assembleia Municipal parece que há dois pesos e duas medidas. Se for da parte das bancadas da oposição que se altere um bocadinho a voz, é chamado à atenção. Se houver uma gritaria da parte dos Deputados da maioria, insinuação e gozo, ninguém diz nada. Não estando a Autarquia em dificuldades, porque é que é capaz de vender o pai e a mãe, se possível for. Vende-se parte do património de lazer, até das crianças, junto das escolas, para criar uma situação de perigosidade para as crianças e para os moradores. Será que a empresa Jerónimo Martins é que é a principal defensora financeira da Câmara Municipal.-----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que o Executivo deveria ter começado pela apresentação das contas, para depois haver diálogo. A ideia que dá é que não existe interesse em que haja perguntas, respostas e diálogo sobre estas questões. Os números são o que são. Cada um tem a sua interpretação. Estão lá escritos. A prazo vai-se ver quem tem, ou não, razão.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha disse que os números que foram apresentados são os elementos. Não se peça ao Executivo que faça o trabalho. Os números que são apresentados são os que são sempre apresentados. Estão nos documentos que foram públicos. Depois de um primeiro discurso, todo de palanque, a questionar uma quantidade de números, são-lhes apresentadas as respostas, cabais, e ninguém faz nenhum comentário a isso, à excepção do Senhor Deputado Luís Carvalho, que, percebe, nunca passou entre a Amoreira e Olho Marinho, nem para os lados das Gaeiras e A dos Negros e não viu as duas escolas que se estão a fazer. A piada de que as escolas deviam estar prontas, é de quem não vê o que está a ser feito, e as coisas estão a ser feitas. Reportando-se ao Senhor Deputado Custódio Santos, disse que ninguém, na Assembleia Municipal, discrimina ninguém, goza com ninguém e tem falta de respeito com ninguém. Pediu ao PS que tenha essa lealdade. Vir com esses dramas para aqui e espalhar essas insinuações, quer até com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que tem tido um exercício exemplar das suas funções, não lhe fica bem e não pode concordar com isso.-----

--- A Senhora Deputada Ana Carvalho disse que gostava de saber qual era a opinião do dirigente do Agrupamento de Escolas de Óbidos, relativamente à localização do posto de combustíveis, ou seja, será que ninguém da bancada do PSD tem uma opinião contrária à do Executivo Camarário, uma vez que é composta por vários professores.-----

--- O Senhor Deputado Fernando Silva disse que o que mudou na educação em dois mil e oito, dois mil e nove, foi um contrato de execução que foi celebrado entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal, e o assumir de responsabilidades, que até então, eram do Ministério da Educação. O Ministério paga o vencimento dos quarenta e três funcionários que foram transferidos para o Município. Têm mais quarenta que a Câmara Municipal contratou, não contando com os animadores. As escolas das aldeias têm auxiliares de acção educativa. Se fosse o Ministério da Educação a ter, neste momento, a competência, não tinham, porque o Ministério faz um funcionário para quarenta e oito alunos. Existem escolas com trinta alunos, com

dezasseis alunos, com catorze alunos e têm um funcionário. Isto só é possível em Óbidos. Isto traduz-se em aumento da despesa. Não é só a questão fundamental e essencial dos empreendimentos, dos complexos, é o projecto que é diferente. Existem dois funcionários em algumas escolas. Não podem olhar só numa questão apenas de aumentos, de despesas, de descontrolo. Não existe descontrolo. Há, acima de tudo, um investimento forte na educação, e isso tem que ser reconhecido. Devem reconhecer o mérito, quando existe, e o demérito, quando não existe.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço chamou à atenção do Senhor Deputado José Capinha, de que aquilo que disse não é tão linear, tão absoluto, como ele quer fazer querer, de que aqui existe esse respeito todo, há tolerância e há esse reconhecimento democrático todo. Isso viu-se na resposta imediata do Senhor Deputado José Botelho quando o Senhor Deputado Custódio Santos falou. É só tolerância esse respeito pelo outros, essa ausência de chicana, de humilhação, de más palavras. Não é tão linear como isso. Fazem o possível por isso. Está a descambar cada vez mais. Continua a opor-se a este clima de intimidação, de humilhação e insulto que esta Assembleia Municipal está a tomar, num crescendo, de sessão para sessão. Isto deteriorou, completamente, o relacionamento.-----

--- O Senhor Deputado Rogério Correia disse que está um bocado baralhado, já não sabe que ponto se está a discutir, porque se tem falado em tudo, menos no que respeita ao assunto em análise. Tem seguido com atenção todo este debate. Ainda não viu alguém do PS dizer onde corta na despesa, porque na receita o Município não conseguirá fazer mais, devido à situação económica que o País atravessa. Vão parar as escolas? Vão tirar auxiliares das escolas? Não sabe onde vão cortar. Gostava que o PS respondesse a isso.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que quando vêm desviar completamente o assunto da Assembleia Municipal, fosse por causa do Jerónimo Martins, fosse por causa do posto de abastecimento de combustíveis, tem todo o direito de dizer que não concorda. Em termos do mínimo de cortesia que entre todos deve existir, se ilustra essa falta de descortesia e esse clima, mais ou menos, infernal e insuportável. Lamento, mas compreende bem que uns, quando não vêm, “ainda bem que não fui”, outros quando chegam à meia-noite, “ainda bem que só cheguei a esta hora, não perdi nada”. Se é essa a atitude do PS na defesa dos interesses dos outros, estão inteiramente conversados, porque ninguém chega a uma reunião da Assembleia Municipal a um quarto para a meia-noite e começa a falar. Ser ele a preconizar um clima que não é salutar, foi feito de uma forma tipo tabela de bilhar. Se esse clima é de pôr em causa a imparcialidade e o bom andamento dos trabalhos pela Mesa, reservam-se no direito de pôr a questão de confiança da Mesa da Assembleia Municipal.-----

--- Como não houve mais intervenções, foram os Mapas de Prestação de Contas do ano de dois mil e nove do Município de Óbidos, postos à votação, tendo sido aprovados por maioria, com vinte votos a favor, sete votos contra e uma abstenção. Aprovado em minuta por maioria, com vinte e sete votos a favor e um voto contra.-----

--- Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista, que a seguir se transcreve: “O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Óbidos votou contra a aprovação da Conta de dois mil e nove do Município de Óbidos por considerar que a situação contabilística que reflecte tem vindo a agravar-se e a deteriorar-se de forma grave.

Na verdade, em matéria de receita municipal a taxa de execução não foi além dos cinquenta, vírgula, oito por cento em relação ao inicialmente orçamentado, o que havia sido previsto pelo PS há mais de um ano. O que é lamentável é que a execução não tenha sido má, e que esta situação seja a clara evidência de um empolamento estratégico da receita em ano de eleições autárquicas, visando dar cobertura orçamental a um acréscimo demagógico da despesa. Quanto à despesa, várias notas. A primeira é que o orçamento de despesas correntes é superior ao das despesas de capital e dentro das despesas correntes, os custos certos e permanentes com pessoal ascendem a quarenta e cinco por cento, o que corresponde a um aumento enorme e insustentável a prazo. Quanto à dívida de curto prazo, cresceu exponencialmente, ascendendo em Janeiro último a onze, vírgula, seis milhões de euros, o que revela um enorme desgoverno e tem reflexos no tecido empresarial do concelho e região pelos atrasos no pagamento de facturas a que a CMO chegou. Quanto às dívidas de longo prazo, é de referir que os empréstimos bancários atingirão, neste ano, mais de nove milhões de euros, sendo que a respectiva amortização se concentrará no próximo mandato autárquico, o que revela pouca responsabilidade financeira e onerar o futuro com os gastos do presente. Por a evolução destes indicadores económico-financeiros ter claramente negativa, revelando uma gestão pouco atenta e ligeira e com consequências potencialmente muito graves para a saúde financeira do Município e do Concelho, votamos contra a Conta de dois mil e nove do Município de Óbidos.“.-----

--- PUNTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA OBITEC – ASSOCIAÇÃO ÓBIDOS CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatro mil oitocentos e sessenta e quatro, de vinte e dois de Abril do corrente ano, remetendo para conhecimento, a Proposta de Delegação de Competências na OBITEC – Associação Óbidos Ciência e Tecnologia.-----

--- Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PUNTO NÚMERO QUATRO – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE DOIS MIL E NOVE DA ÓBIDOS PATRIMONIUM, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatro mil oitocentos e cinquenta e dois, de vinte e dois de Abril do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Relatório de Gestão e Contas de dois mil e nove da Óbidos Patrimonium.-----

--- Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PUNTO NÚMERO CINCO – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE DOIS MIL E NOVE DA ÓBIDOS REQUALIFICA, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatro mil oitocentos e cinquenta e um, de vinte e dois de Abril do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Relatório de Gestão e Contas de dois mil e nove da Óbidos Requalifica.-----

--- Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PUNTO NÚMERO SEIS – PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS – MUNICÍPIO DE ÓBIDOS, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil quinhentos e cinquenta e sete, de dezanove de Março do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Plano de Gestão de Risco de Corrupção e Infracções Conexas – Município de Óbidos.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que este plano de riscos de corrupção e infracções conexas é elaborado pela Câmara Municipal e é apresentado à Assembleia Municipal. Uma das coisas que mais se insiste nestes planos anti-corrupção, nas redacções que lhe têm sido dadas, é evitar comissões de interesses privados, declarações de impedimentos, etc.. É preciso ter cuidado com isso, porque pode haver situações de incompatibilidades nesta Assembleia Municipal. Que ele saiba, a única situação de incompatibilidade, flagrante, levada a termos oficiais, foi levantada e arguida contra o Senhor Deputado Luís Carvalho. Espera que a Câmara Municipal tome isso em atenção. Tem uma lista de situações duvidosas que, oportunamente, quando o assunto for discutido, se elas ainda forem duvidosas para si, ou se não tiverem dúvidas, serão levantadas. Como não tem a deslealdade de chegar à última da hora e arguir nulidades, seja do que for, queria prevenir e pedir o favor do Executivo implementar este plano ainda no ano corrente e que tenha cuidado com essas incompatibilidades.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PUNTO NÚMERO SETE – PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS – ÓBIDOS PATRIMONIUM, E.E.M., PARA CONHECIMENTO:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatro mil e sessenta e oito, de cinco de Abril do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas – Óbidos Patrimonium, E.E.M.-----

--- Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PUNTO NÚMERO OITO – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: -----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que o valor da dívida a fornecedores é de sete, ponto, quatro milhões de euros. O Senhor Presidente da Câmara Municipal comentou à pouco que o valor tinha descido. O valor final do ano passado foi cinco, ponto, quatro, portanto aumentou dois milhões de euros e não diminuiu. Gostava de saber qual era o valor, neste momento, de dívida de outros credores.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que desde que esta legislatura começou, já vão, para aí, na quinta ou sexta sessão. Hoje veio a última acta da anterior. Até hoje não viu mais acta nenhuma. Ainda não há acta nenhuma desta legislatura. Continua a ver o relatório trimestral a não ser enviado como devia ser, com antecedência e com os documentos que acompanham a ordem de trabalhos. Esta situação não pode continuar. A última lista de processos judiciais é de vinte e três de Abril de dois mil e nove e da lista que hoje é apresentada, desapareceram uma série de processos que existiam na altura, e aparecem uma série deles novos. Inclusivamente, existem processos que pensa já terem sido julgados. Há aqui processos que são apresentados hoje que se diz que se mantém o que foi anteriormente reportado. Em vinte e três de Abril do ano transacto não foi reportado nada, sobretudo dos dois Gs. Não pode fazer qualquer crítica porque não sabe. Pediu para que isto não voltasse a acontecer e que a lista viesse melhor elaborada e actualizada, para poder perceber uma data de processos, alguns de grande

importância. Finalmente é trazido aqui os dois processos dos Gs. Existem processos onde se pedem indemnizações à Câmara Municipal. Continua a defender que esta Assembleia Municipal tem que ser dignificada. Existe desinteresse em dar à Assembleia Municipal os documentos solicitados.-----

--- O Senhor Deputado José Coutinho disse que há no relatório um ponto que diz que existe um conjunto de empresas a ser instaladas no parque tecnológico. A Creativeland, tal como mais duas empresas que estão a ser instaladas no Município, candidataram-se a fundos estruturais. Vivemos num complicómetro premente, que está a afectar a vida de todos e tem a ver, directamente, com a capacidade de fazer coisas. A Creativeland e as outras empresas têm uma dificuldade tremenda de fazer o seu trabalho e de executar, porque há erros que politicamente são irresolúveis. Tem que haver aqui uma abordagem de cidadania, no sentido de resolver estes problemas. Não é, certamente, uma tarefa para um partido em particular resolver de uma só vez. Isto tem que ser encarado por todos, como um problema sério, e em profundidade. Tem que haver uma revolução cultural, que tem que começar ontem, porque se não, não vai haver outras empresas. O programa onde trabalha tem, neste momento, três por cento de execução. Existe uma asfixia geral que não é contabilizada nas contas de nenhuma Autarquia. Devia haver um balanço da demonstração de resultados e nos relatórios um algarímetro chamado da complexidade ou do atraso estrutural, que é isso que vivemos praticamente. É uma dificuldade que não está expressa e é um custo do nosso atraso estrutural para executar o que quer que seja.-

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que a sua questão era saber qual era o valor da dívida a fornecedores e quanto é que é o valor de outros credores, neste momento.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o valor de dívida é o que está na informação e não há outros credores.-----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que em vinte e oito de Dezembro de dois mil e nove, a Câmara Municipal apresenta um valor da dívida a fornecedores de cinco, ponto, quatro milhões. O valor que é apresentado agora é de sete, ponto, quatro milhões. No balanço do ano passado havia dívida a outros credores. Estão a falar da mesma coisa. Existe uma questão de números. É apresentado um valor de dívida a fornecedores de sete, ponto, quatro milhões. Há uma rubrica de outros credores que também é incluída no valor de devidas a terceiros de curto prazo. Gostava de saber qual era o seu valor.-----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que quando fizeram a apresentação das contas e referem cinco, vírgula, quatro milhões de dívidas a fornecedores, estavam num momento em que os serviços estavam a introduzir ainda muitas facturas no sistema. Só uma das facturas do Alvito foi de um, vírgula, dois milhões de euros. A dívida efectiva a fornecedores baixou dos nove, vírgula, dois milhões de euros para os sete, vírgula, quatro milhões de euros. Não há incoerência nenhuma. O que há é uma questão processual que os serviços não conseguem introduzir todas as facturas logo que chegam. Foi mostrado que haviam facturas a transitar no valor de um milhão e tal.-----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço sugeriu que no documento onde se refere análise da situação financeira não seja incluído valor da dívida a fornecedores, mas sim, dívida a terceiros curto prazo, incluindo os fornecedores e os outros credores, para ninguém ser induzido em erro sobre essa questão.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que queria salientar que esta informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal se encontra muitíssimo completa. Tem a descrição da actividade do Município, os factos mais relevantes que ocorreram no primeiro trimestre, organizado em matérias. Trata-se de uma informação que lhe parece muitíssimo completa, rica. Só vê razões para se congratularem com a qualidade e riqueza desta informação escrita. Não é norma a lista dos processos judiciais serem objecto de análise das Assembleias Municipais.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PUNTO NÚMERO NOVE – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL DE ÓBIDOS: -

Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatro mil novecentos e vinte e oito, de vinte e três de Abril do corrente ano, solicitando a Eleição de um Representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Protecção Civil de Óbidos.-----

--- Foi presente a proposta que a seguir se transcreve: “Representante do Município de Óbidos na Comissão Municipal de Protecção Civil de Óbidos – Vimos por este meio, relativamente ao assunto acima referido, propor o Sr. Eng.º. José Ferreira de Sousa Coutinho.”.-----

--- Posta a proposta a votação secreta, foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor, três votos em branco e um voto nulo. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO DEZ – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: - Foi dada a palavra aos Munícipes presentes.-----

--- Usou da palavra a Munícipe Isabel Maria Lobo de Azevedo Noronha, residente em Óbidos, que disse que as actas da Assembleia Municipal andam atrasadíssimas. É constrangedor terem um sistema de televisão por cabo, que é dominado pela Câmara Municipal. Não consegue obter mais informações, quando se dirige à mesma. Há três anos o Eng.º. Victor Freire disse que dentro de pouco tempo passariam a ter mais canais disponíveis.-----

--- A Munícipe Maria de Fátima, residente em Óbidos, disse que é a primeira vez que está presente e ficou surpreendida com muitas coisas. Não gostou. É Munícipe. Nasceu, cresceu e vive em Óbidos. Parece-lhe que anda no ar uma onda de muita agressividade verbal, que não esperava que surgisse de elementos com estatuto académico. Não estão em época de ganhar batalhas, mas sim, de acabar com a guerra, porque se não, não se avança. Pensou que ia sair esclarecida, mas tal não aconteceu. A política não é uma porca, como Bordalo Pinheiro a considerou, mas uma pomba de paz, amor e liberdade. O Senhor Presidente da Câmara Municipal foi pioneiro de muitas coisas, por isso, no primeiro ano, votou nele, não pela política, porque reconheceu que era a pessoa ideal para levantar Óbidos. Fez coisas extremamente positivas. Outras merecem análise. É bom que se acabe com as batalhas e com as guerras. Óbidos precisa que todos estejam unidos.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que têm feito um investimento muito grande no sistema de televisão. Estão sempre dependentes dos técnicos para fazerem a reparação das avarias, quando acontecem. Estão sempre a prometer à Autarquia soluções tecnológicas que permitam descer ao ponto do cidadão poder estabelecer o seu próprio menu em termos de canais. Serem intermediários entre o cliente e o operador e com as equipas técnicas, é muito desgastante. Continuam a viver ainda a solução que foi implementada desde o início, quando se decidiu fazer a distribuição do sinal de televisão por cabo. A sua perspectiva era mais pura à uns

tempos atrás e é preciso, às vezes, engrossarem nos sentidos e emoções para virem para a Assembleia Municipal. Não gosta de vir à Assembleia Municipal. Tem muito respeito pela Assembleia Municipal. Não existe uma verdadeira discussão, mas sim um posicionamento de tentar detectar quais os erros e quais são as falhas. Não há uma verdadeira ilação, um verdadeiro resultado final, que ajude a construir. Existem pessoas que não aceitam os resultados eleitorais. Lidera uma equipa, amplamente apoiada pela população, com trabalho público visível. Acha que oito anos depois, abrir o jornal e serem acusados de fazer tanto mal a Óbidos, como se fossem um grupo de malfeitores, é um exagero, é injusto e não quer acreditar que as pessoas que o dizem acreditem nisso. Procura uma forma saudável de lidar com a situação.-----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas uma horas e trinta minutos, do dia um de Maio do corrente ano. E eu, José Luís Rocha de Oliveira, Primeiro Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta acta que vou assinar.-----